



RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ADUFERPE NO 58º CONSELHO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL - CONAD, OCORRIDO EM SANTA MARIA-RS – DE 18 A 21 DE JULHO DE 2013

Denominação do evento: 58º Conselho do ANDES-SN (Conad)

Forma de escolha: Assembleia Geral Extraordinária da ADUFERPE - SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN (UAG, UAST e RECIFE), ocorrida no dia 27/06/2013.

Organização do Evento: ANDES-SN

Tema do Evento: ANDES-SN: Sindicato de Luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores

Localidade: Itaimbé Palace Hotel – Santa Maria/RS

Representantes da ADUFERPE-S.Sindical: Levy Paes Barreto (UFRPE/Recife), Cauê Guion de Almeida (UFRPE/UAST), Marcos Oliveira (UFRPE/UAG) e Aderaldo Alexandrino de Freitas (UFRPE - Recife)

Delegado: Aderaldo Alexandrino de Freitas (UFRPE - Recife)

Observadores: Levy Paes Barreto (UFRPE/Recife), Cauê Guion de Almeida (UFRPE/UAST), Marcos Oliveira (UFRPE/UAG)

Seções Sindicais presentes no CONAD: Cinquenta e três Seções Sindicais

Delegados(as): Quarenta e nove; **Observadores(as):** setenta e sete; **Convidadas:** duas pessoas; **Membros da Diretoria do Andes-SN:** trinta e quatro

*A luta nunca parou.
O movimento continua nas ruas.
A luta será sempre na BASE,
Articulada à CSP-CONLUTAS*

Conjuntura

É possível dizer que o **Conselho do ANDES-Sindicato Nacional** se deu em dois contextos: um local, a tragédia da **Boate Kiss**, ainda sem resposta à população da cidade de Santa Maria sobre os verdadeiros culpados. Neste contexto, foi realizado ato público em frente à Kiss, denunciando a injustiça, a impunidade, o risco de só punir os trabalhadores, pois até agora apenas os bombeiros (quatro) foram indiciados. O outro, o das ruas, principalmente, as mobilizações do mês Junho de 2013. Acrescente-se, ao que parece ser consenso entre nós, o de discutir qual o papel do ANDES-SN.

A conjuntura internacional mostra a crise do capital e conseqüentemente o aprofundamento da exploração dos trabalhadores. Estes têm respondido com intensas e múltiplas mobilizações em diferentes países do mundo.

No Brasil, a política econômica do Governo brasileiro, articulada intensamente com o capital financeiro, não tem dado conta das demandas sociais históricas, como, por exemplo, a Reforma Agrária, e tem levado a uma crise do governo Dilma, refletida em uma queda na sua popularidade midiática. Não é de hoje que a população e os movimentos organizados e sociais estão nas ruas com diversas bandeiras, mas este mês de Junho de 2013 se caracterizou por evidenciar que em certos momentos históricos a política fica maior do que a economia. Mesmo havendo algumas expressões reacionárias e conservadoras, deve-se reconhecer a importância dos movimentos das ruas, seus impactos ao questionar o *status quo* dos poderes legislativos, executivos e da imprensa: a Câmara de Vereador, Congresso Nacional, Prefeito, Presidente da República, Rede Record, Sistema Brasileiro de Televisão e a Rede Globo. Assim expôs os limites da democracia representativa, demonstrou a necessidade e o anseio por participação direta, tornado público, **de forma massiva, as reivindicações** sobre transporte público (ônibus, metrô), saúde, educação, corrupção, desemprego, liberdade de expressão, falta de moradia, altos preços dos alimentos, baixos salários, condições precárias de trabalho e estudo nas universidades e escolas, divulgados amplamente nos jornais, redes sociais e tv^s.

Ocorre, porém, que se tomarmos como referência dois movimentos de massa próximos passados, “Diretas Já em 1984” e o “Fora Collor” em 1991, grosso modo podemos dizer: ambos tinham Movimentos Organizados, Partidos Políticos, Centrais Sindicais, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa etc. que conjuntamente deram sua “condução” política. Conseguiram focar suas pautas em “Diretas já” e “Fora Collor”, pautas estas com viés fortemente institucional, ou melhor, institucionalizáveis.

No movimento de junho de 2013, não houve Partidos Políticos, Centrais Sindicais ou outros movimentos sociais, sua pauta era difusa, de difícil incorporação imediata pelo poder instituído e parte dela sugeria transformação social.

Considerando-se ainda que muito que o Brasil conseguiu produzir de massa crítica no campo da esquerda nos últimos trinta ou quarenta anos, foram formados nos movimentos de base, porém, “têm escolhido” os cargos, e a via institucional como o único caminho e aos poucos foram apontando para os jovens, a classe trabalhadora, explorados e oprimidos que a alternativa seria a “bolsificação da vida”. Esqueceram-se de dizer ou não quiseram dizer que *estar no cargo* não significa necessariamente *estar no poder*, que nos moldes e função em que foi criado o Estado, e o Estado brasileiro tem peculiaridades pioradas, não cabendo os índios, quilombolas, trabalhadores(as), jovens desempregados. Enfim, com esta política econômica vigente no país não há como incluir a PAUTA DAS RUAS.

Assim sendo, o que temos como resposta? Bem, do Governo tem-se visto propostas de pactos que em sua maioria tem servido para desviar o foco, mobilizar e afinar a base dentro e fora do palácio. Por isto Dilma tem quase que recuado mais, do que proposto, se é que isto é possível.

Os Movimentos Organizados e Sociais, recentemente, estão trilhando um caminho iniciado na Marcha do dia 24 de maio-2013 em Brasília-DF (um marco), com continuidade em 11 de julho-2013 e em conjunto com as Centrais Sindicais. Para o mês de agosto de 2013, integrando o calendário de lutas do ANDES-SN, teremos o dia 06 com mobilizações e o dia 30 com paralisações, ambos organizados pelas seguintes centrais: Central Sindical e Popular – CSP-CONLUTAS, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, União Geral dos Trabalhadores – UGT, Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST e a Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB. Lembrar que a participação conjunta das centrais com uma pauta comum cumpre uma função necessária, para dar um rumo organizado ao movimento, mas por outro lado não podemos esquecer que há diferentes objetivos, como por exemplo, majoritariamente, a CUT tem atuado blindando o Governo. Assim é importante destacar o papel central que vem desempenhando a CSP-CONLUTAS, para organizar e dar unidade classista aos (as) trabalhadores(as).

O Movimento Docente não está alheio, mas, especificamente no CONAD, ouviu-se tudo isto, havendo diferentes escutas. Há os que escutam, acreditam e lutam para que esses movimentos das ruas como um todo ganhe contornos organizados,

classistas e que surjam novos lutadores. (A estes, nos filiamos). Mas há também escutas que foram expressas nas seguintes falas: “Nesta plenária de conjuntura não vi nenhuma proposta inovadora em relação aos movimentos de rua”; outra, “lembrem-se, o que se seguiu a maio de 68 na França, foi a direita no poder”; ou ainda, “estes movimentos, desorganizados, multifacetados geralmente, historicamente, não levam a nada”. Pelo que percebemos o tom das falas é como se estivessem utilizando a história como freio para interesses específicos.

Isso, em parte, explica o porquê da atual Diretoria do ANDES-SN, de modo geral, mostrar-se aparentemente distante deste novo cenário político brasileiro. No Tema I da pauta do CONAD, Movimento Docente e Conjuntura, houve poucas inscrições dos diretores(as), sobrando inclusive mais de uma hora do tempo dessa plenária. Alguns agrupamentos políticos que fazem oposição de esquerda à atual direção do ANDES-SN não foram ao CONAD, em que pese as importantes falas dos companheiros da CSP-CONLUTAS que apoiam criticamente a atual direção do ANDES-SN.

Isso também é reflexo do modo de formação da atual diretoria do ANDES-SN, que possui quatro ex-presidentes, alguns outros militantes sindicais experientes, mas que, apesar da importância da renovação da militância, a grande maioria de docentes que ocupam as Regionais do ANDES-SN não tem tradição de luta no movimento, assim comprometendo as atividades sindicais nos estados e a inserção, a nível nacional, da discussão política.

Diante do exposto, aquela ênfase que deveria ter sido dada, na conjuntura atual, reivindicado pela Diretoria ADUFERPE-S. Sind, expressa tão bem na reunião da Regional Nordeste II em Campina Grande (5 e 6/07/2013), nas nossas reuniões e assembleia, no CONAD, não ocorreu. Portanto, **o tema do 58º CONAD “ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores”**, para além de sua clareza e necessidade conjuntural, continuará pautando as ações das Seções Sindicais por um bom período. Porém, explicita também que, apesar da horizontalidade do ANDES-SN, ela se dá nos marcos da categoria e com pouca ou nenhuma capilaridade com movimentos mais amplos. Não podemos continuar vendo discentes em nossas salas de aula em um dia participarem destes movimentos com pauta diversificada etc., no outro, procurar se informar sobre a passeata que o ANDES-SN e ADUFERPE-S. Sind. organizaram.

O trabalho dos grupos mistos foi realizado em geral com pouco atraso, e com grande presença de diretores do ANDES-SN sempre muito na defensiva e com pouca disposição de acolher as críticas e contribuições oriundas das seções sindicais, seja em relação às questões relativas às lutas dos aposentados, seja em relação à defesa dos professores que trabalham em condições insalubres, penosas ou perigosas.

Descrição do Tema II – Avaliação e atualização dos planos de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

Seguem a seguir os respectivos textos de resolução (TRs) do tema II – “Avaliação e atualização dos planos de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores”:

O TR 3 – Tratando dos desafios político-organizativos do ANDES-SN – foi aprovado com modificações.

O TR 8 - A práxis como exigência da práxis – foi rejeitado.

O TR 31 - O ANDES-SN e os desafios da ampliação do trabalho de base e da disputa com o sindicalismo oficial - foi aprovado com modificações.

O TR 4 - Avaliação e atualização do plano de lutas de ciência e tecnologia – foi aprovado com inclusão.

O TR 9 - Uma proposta de mobilização – foi aprovado com modificação.

O TR 5 - Sobre a proposta de projeto de Lei da mídia democrática de iniciativa popular – foi aprovado com modificação.

O TR 6 - Avaliação e atualização do plano de lutas da educação – foi aprovado com modificação.

O TR 7 - Avaliação e atualização do plano de lutas de seguridade social e assuntos para a aposentadoria – aprovado com modificações.

O TR 22 - Paridade das ações do ANDES/SN para ativos e inativos – foi aprovado com modificações.

O TR 23 - Políticas de seguridade social e assuntos de aposentadoria – foi rejeitado.

E o TR 24 - Sugestão de alterações no PL do Senador Paulo Paim – foi aprovado.

Descrição do Tema III – Avaliação e Atualização do Plano de Luta: Setores

O tema III “Avaliação e Atualização do Plano de Luta: Setores” não apresentou novidades a não ser uma agenda de lutas para os próximos meses. Continha os TRs 10, 11 e 12 no caderno de textos, o TR 25 no anexo ao caderno de textos e o TR 32 que foi apresentado na plenária de instalação e teve sua inclusão aprovada pelos delegados. A seguir apresentamos uma síntese da discussão em torno do tema.

TR 32

Proposto pela Diretoria do ANDES-SN.

É um TR geral e antecedeu os TRs específicos dos setores. Ele propunha a indicação dos dias 6 e 30 de agosto de 2013 como datas de mobilização nacional da categoria juntamente com as centrais sindicais e movimentos sociais, com construção de atividades de paralisação e divulgação de nossa pauta de lutas. Foi aprovado.

Também propunha que as Secretarias Regionais ficassem à frente dessa organização e que as mesmas juntamente com as seções sindicais atuassem na organização do Grito dos Excluídos. Foi aprovada apenas a proposta de atuação na organização do Grito dos Excluídos, em mais uma clara sinalização de que a Direção não quer nenhuma tarefa delegada a seus quadros.

TR 10

Proposto pela Diretoria do ANDES-SN.

Tratava da avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IEES/IMES (Instituições Estaduais de Ensino Superior/Instituições Municipais de Ensino Superior). Continha apenas quatro pontos que eram o acompanhamento da tramitação de uma proposta encaminhada pela ABRUEM (Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais) que tratava sobre a destinação de recursos federais para as universidades estaduais e municipais, a indicação de que as seções sindicais intensificassem o acompanhamento da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei de Orçamento Anual), em suas respectivas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, a realização do XI Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES e a autorização para que a Diretoria proceda ajustes necessários na planilha de custos do referido encontro.

O ponto de acompanhamento da tramitação da proposta da ABRUEM (que seria delegado à Diretoria, ou seja, mais um trabalho) foi rejeitado e os demais foram aprovados.

TR 25

Proposto pela Diretoria da ADUNICENTRO-SS (Sindicato dos Docentes da Unicentro – Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES).

Propunha ações sobre o andamento do MI-880/STF (Mandado de Injunção-880 do Supremo Tribunal Federal), que traria implicações nas aposentadorias especiais nos estados, em especial no PR, que ainda não havia regulamentado o assunto.

O referido Mandado de Injunção, impetrado pela CONDSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) e outros, dispunha sobre a aposentadoria especial para servidores públicos que exercem ou exerceram suas funções em ambientes insalubres, perigosos e/ou penosos.

No entanto, a Diretoria do ANDES-SN, alegando que ocorreu retrocesso na tramitação do MI-880 e que o próprio STF estava revendo sua posição anteriormente favorável, defendeu a rejeição da parte da TR que delegava funções à mesma no sentido de elaborar pareceres sobre o assunto, pautá-lo no GTSSA (Grupo de Trabalho Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria) e incorporá-lo na programação do encontro do setor das IEES/IMES.

Foi aprovada apenas a indicação de elaboração de um material explicativo sobre o assunto a ser divulgado no Informandes Online e um texto genérico defendendo a atuação na defesa do preceito constitucional de garantia do direito a redução da contagem de tempo de serviço para servidores que atuem em condição penosa, insalubre ou perigosa.

TR 11

Proposto pela Diretoria do ANDES-SN.

Tratava da avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IFES (Instituto Federal de Ensino Superior). Continha diversas propostas no âmbito dos SPF (Servidores Públicos Federais) e para a luta específica do setor, além da apresentação de uma agenda de atividades para o segundo semestre.

A maior parte das propostas não trazem novidades e se apresentam na forma de intensificar algo, dar continuidade, dar visibilidade, fortalecer, articular, retomar, destacar, encaminhar, propor, cobrar, lutar.

O texto da Diretoria foi aprovado com algumas pequenas modificações que não tiram o teor original do texto e das ações propostas (como o acréscimo de termos ou a substituição de “destacar” por “intensificar”, por exemplo). A agenda teve aprovados alguns reajustes nas atividades, juntando ações nos meses propostos.

A única mudança substancial, que definia o prazo de 31 de agosto de 2013 para a Diretoria definir junto às demais categorias a pauta e agenda de lutas de 2014, foi rejeitada a pedido da Diretoria, avessa à definição de prazos e metas.

TR 12

Proposto pela Diretoria do ANDES-SN.

Tratava da avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IPES (Instituições Privadas de Ensino Superior). Continha apenas quatro pontos que eram a “continuidade” da luta para obtenção do registro sindical do ANDES-SN como representante dos docentes das IPES, a “continuidade” das denúncias das condições de trabalho dos colegas das IPES, a luta pelo cumprimento dos marcos regulatórios contra a internacionalização do ensino superior privado no Brasil e a realização do Encontro Nacional das IPES e a autorização para que a Diretoria proceda ajustes necessários na planilha de custos do referido encontro, que será realizado no segundo semestre de 2013.

Os pontos foram aprovados com a inclusão de um novo ponto que orienta a construção de um conjunto de diretrizes para a carreira dos docentes das IPES, baseado na proposta de carreira do ANDES-SN, e que defina piso salarial e regule a jornada de trabalho desses colegas.

Descrição do Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras

O tema IV – “Questões Organizativas e Financeiras” – que tratava de questões políticas organizativas e financeiras do nosso Sindicato Nacional, estava composto de dez TR^s, cujo detalhamento é apresentado a seguir.

O TR 13 que tratava da Alteração da data de realização do VII ENCONTRO INTERSETORIAL foi aprovado, e assim esse encontro será realizado no período de 25 a 27 de outubro de 2013, em Brasília-DF, o Caixa Nacional do ANDES-SN bancará financeiramente a participação de várias seções sindicais em sua maioria com pequeno quantitativo de filiados e, portanto, baixa arrecadação financeira, no entanto, bancará também a participação de seções sindicais que há cerca de dez anos não cumprem com a sua obrigação de repassar 20% de sua arrecadação ao ANDES-SN, como a ADUPE (Associação dos Docentes da UPE), que tem 890 filiados e a ADUEPB (Associação dos docentes da UEPB), com cerca de 600 filiados, esta última deve ao ANDES-SN mais de 300 mil reais, e chegou a participar do Congresso do ANDES-SN em 2010, assinou

acordo com a Tesouraria do ANDES-SN, no sentido do parcelamento de débitos, não tendo honrado esse acordo, não pagou qualquer das parcelas, tendo inclusive sustado o cheque da primeira parcela, condição necessária para o acordo.

O TR 15 tratava do apoio político e material à construção do sindicato na base, foi aprovado, e, portanto, recursos limitados em R\$ 20.000,00 poderão ser doados às seções sindicais recém-criadas, pelo prazo de um ano. Essa ajuda financeira não exime as seções sindicais do repasse regular ao ANDES-SN. Os recursos para essa finalidade serão do Fundo Único de Solidariedade, Greve e Mobilização.

O TR 16 referia-se a designar a sala de reuniões situada no terceiro andar da sede do ANDES-SN, edifício CEDRO II, em Brasília, com o nome do companheiro Edmundo Fernandes Dias, foi aprovado, ficando a referida sala com o nome: Professor Edmundo Fernandes Dias. Houve proposta oriunda da ADUFF no sentido contrário, substituindo pela edição de um número da Revista Universidade e Sociedade, contendo a biografia de todos os militantes mortos do ANDES-SN, mas essa proposta foi amplamente derrotada nos grupos mistos.

O TR 17 tratava da criação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, a comissão foi criada e composta por três membros efetivos e três membros suplentes, sendo eles: Márcio Antônio de Oliveira (Titular-Diretoria do ANDES-SN); Paulo Cambraia (Suplente-Diretoria do ANDES-SN); Hélio Mariano da ADUNICENTRO (Titular-eleito no 58º CONAD); Elídio da ADUFRJ (Suplente- eleito no 58º CONAD); Edson Teixeira da ADUFF (Titular- eleito no 58º CONAD); Antônio Lisboa da ADUFCG (Suplente- eleito no 58º CONAD).

O TR 28 possuía uma proposta de emenda ao TR 17 e foi rejeitado.

Os TR 18-Prestação de Contas do Exercício 2012; TR 19-Previsão Orçamentária para 2014 foram aprovados.

TR 26-Prestação de Contas do 32º Congresso foram todos aprovados, ficando a recomendação para que as próximas prestações de conta sejam organizadas em tabelas com ordem alfabética, especificando encargos de INSS sobre cada serviço, desmembrar e detalhar os gastos discriminados no demonstrativo, detalhar valores que são repassados às entidades que o ANDES-SN é filiado, e apresentar uma análise sobre a prestação de contas que contribua para uma melhor interpretação dos dados da tabela.

E finalmente, o TR 27, que tratava do rateio das despesas de CONGRESSOS e CONAD, foi aprovado com o seguinte conteúdo: Que a Diretoria apresente até o Encontro Intersetorial um estudo Nacional que demonstre o número de filiados, a forma

e o percentual, e o valor de arrecadação de cada seção sindical. O estudo nacional deve informar às seções sindicais que não disponibilizarem as informações solicitadas.

Implicações/Desdobramentos para ADUFERPE-S. Sindical:

- Dar continuidade em promover e atuar na unidade: das bandeiras, das ações organizadas e de classe;
- continuar a formação Sindical;
- intensificar a ampliação da organização na base do sindicato;
- ampliar a relação com outros Movimentos Organizados e Movimentos Sociais externos ao Movimento Docente.

Recife, 4 de agosto de 2013.

Aderaldo Alexandrino de Freitas (UFRPE/Recife)

Cauê Guion de Almeida (UFRPE/UAST)

Levy Paes Barreto (UFRPE/Recife)

Marcos Oliveira (UFRPE/UAG)